



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Divisão de Execução e Central de Mandados de São José dos Campos

Dezembro/2025



SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Diagnóstico	9
3. Pesquisas Patrimoniais	11
4. Processos Judiciais	15
5. Central de Mandados	19
6. Maratona de Pesquisa Patrimonial e Semana Nacional de Execução Trabalhista	24
7. Deliberações Finais	28



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Corregedor **Renan Ravel Rodrigues Fagundes**

Em 1.º de Dezembro de 2025, Sua Excelência o Desembargador **RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES**, Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 8/2025, disponibilizado no DEJT, caderno administrativo de 10/9/2025, página 5.





#ParaTodosVerem: foto dos servidores da Corregedoria Regional

A equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade**

A Equipe de Correições

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luciano Marcelo Christ
Luiz Antonio Bueno
Marcos Antonio Mendes
Natália Magnani Salomão
Sandra Mara Magalhães Fumis

PJeCOR	
0000231-29.2021.2.00.0515	1.º de Dezembro de 2025



A Divisão de Execução de São José dos Campos está sob coordenação do Juiz Substituto Reginaldo Lourenço Pierrotti Júnior, designado para o período de 28/7/2025 a 27/7/2027 por meio da Portaria GP/AAM nº 906/2025.

O magistrado acumula a jurisdição da Unidade com a da 2ª Vara do Trabalho de Taubaté e cumulativamente com a 1ª Vara do Trabalho de Lençóis Paulista.

Lotação atual da Divisão de Execução:	2 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019:	3 servidores
 “DELTA” da Divisão:	- 1
Lotação atual da Central de Mandados	10 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	10 oficiais
 “DELTA” da Central:	de acordo com os parâmetros

- Não há servidores atuando em regime de teletrabalho.
- Não há estagiários(as) na Unidade.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.





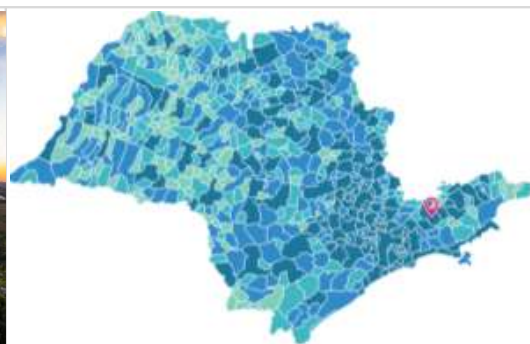
Área de atuação: Caçapava, Caraguatatuba, Jacareí, São José dos Campos e São Sebastião.

Informações da localidade:

Localizado no Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, São José dos Campos é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 697.054 pessoas.



Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2024
#ParaTodosVerem: foto da cidade



Fonte: IBGE, 2024
#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de São José dos Campos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 22 a 23/10/2025.
- ◆ Relatório de Indicadores anterior com dados de 7/2023 a 6/2024.
- ◆ Relatório de Indicadores atual com dados de 7/2024 a 6/2025.
- ◆ Período correicional de 11/2024 a 9/2025.



Acesse o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Macrovisão



Manter a condução da gestão, que resultou na conversão das pesquisas patrimoniais encerradas em instauração de REEF.



Elevação do prazo médio dos processos encerrados, em relação ao período correicional anterior.



Tramitação dos procedimentos de investigação em prazo inferior a 45 dias.



Elevação da taxa de congestionamento em relação ao período anterior.



Tramitação dos processos judiciais em até 30 dias e notável redução do número de incidentes processuais.



Não foram observados mandados pendentes de distribuição.



Participação da Unidade na 13ª e 14ª Maratonas de Pesquisa Patrimonial, e na 15ª Semana Nacional da Execução Trabalhista.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio de **indicadores-chaves** de desempenho, em conformidade com Provimento GP-CR nº 4/2018 e Ordem de Serviço CR nº 9/2022.

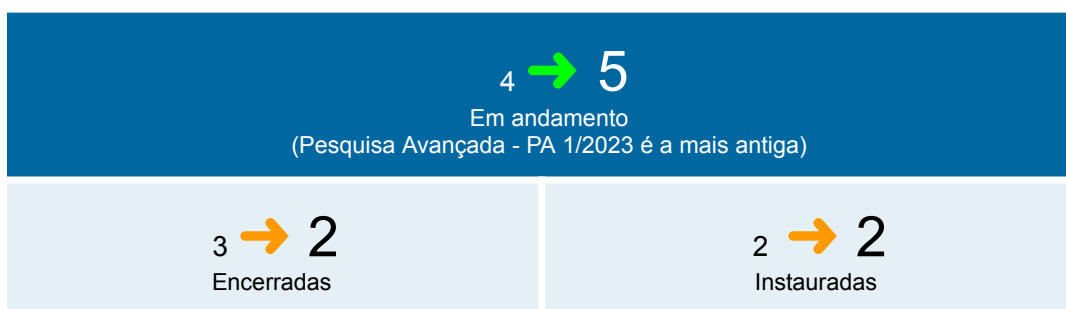


3. PESQUISAS PATRIMONIAIS

3.1. Abertura, Encerramento e Acervo de Processos

3.1.1. Investigação Patrimonial

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com os dados das investigações patrimoniais instauradas, em andamento e encerradas, no período correicional atual e anterior.



A tabela acima tem o propósito de demonstrar a movimentação processual na Unidade e a sua produtividade no período atual e no anterior.



Em relação à investigação mais antiga em andamento, a Unidade informou que sua conclusão está pendente de análise dos extratos do SIMBA. Havia previsão de finalização até o final do mês de agosto deste ano. Porém, com o encerramento da Divisão de Execução de Taubaté e o envio de todo o passivo de processos de execução e de pesquisas patrimoniais para a Divisão de Execução de São José dos Campos, não houve tempo hábil para seu encerramento até o momento.





O acervo de pesquisas patrimoniais está abaixo da média geral de 6,00.

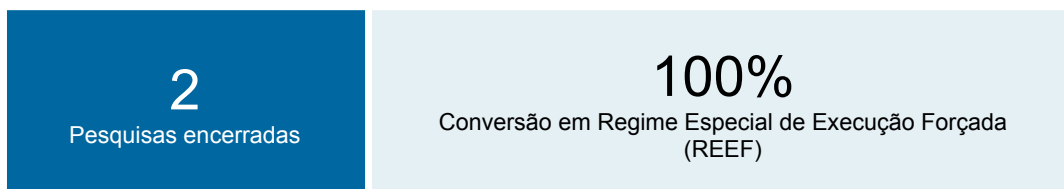


Redução do número de pesquisas patrimoniais encerradas em relação ao período anterior.

3.2. Produtividade e Prazo Médio

3.2.1. Produtividade

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com os dados das pesquisas encerradas e conversão em regime especial de execução forçada (REEF)



O quadro acima demonstra o percentual de sucesso das pesquisas patrimoniais, que resultaram na instauração de REEF.



Excelência nos resultados das investigações patrimoniais finalizadas, com a localização de patrimônio, resultando na instauração de REEF contra o devedor.



Nas pesquisas foi identificada a utilização dos convênios de pesquisa avançada, dentre os quais SNIPER, CCS, SIMBA e COAF.



3.2.2. Prazo Médio

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores, e painel do sistema PJe



#ParaTodosVerem: tabela com os dados de prazo médio, em dias, dos processos encerrados.



Elevação do prazo médio dos processos encerrados, em relação ao período correicional anterior.



Prazo médio acima da média geral de 1.146 dias.

3.3. Impulsionamento das Pesquisas

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores

Pesquisas Patrimoniais em Andamento	Até 45 Dias	De 45 a 180 Dias	Acima de 180 Dias	Total
Percentual	100%	-	-	100%
Quantidade	5	-	-	5

#ParaTodosVerem: tabela com as porcentagens de tramitação processual até 45 e acima de 180 dias.

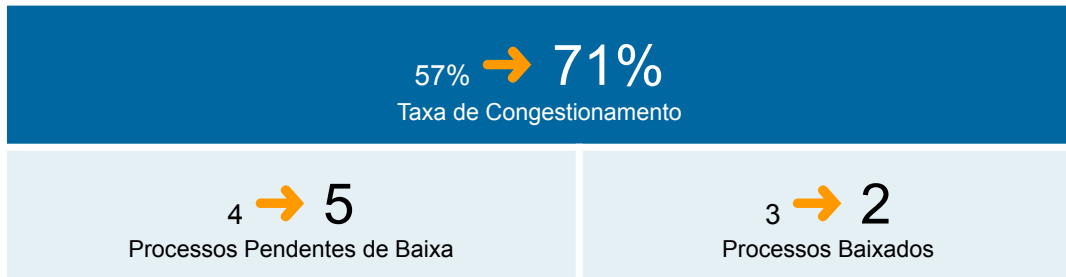


Tramitação dos procedimentos de investigação em prazo inferior a 45 dias, o que demonstra alto desempenho no impulsionamento das pesquisas.



3.4. Taxa de Congestionamento

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com a Taxa de Congestionamento, Processos Pendentes de Baixa e Processos Baixados



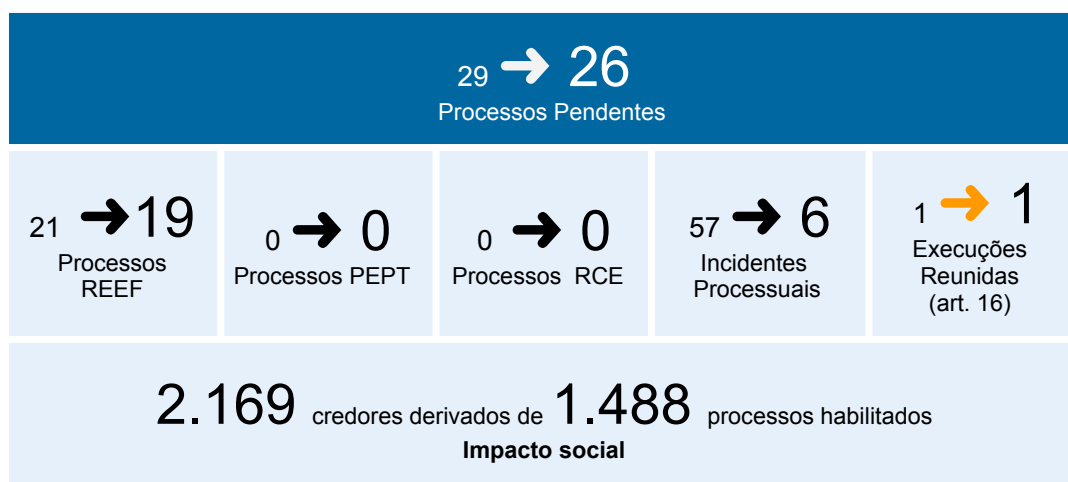
Elevação da Taxa de Congestionamento em relação ao período anterior, devido ao aumento dos processos pendentes de baixa e redução do número de processos baixados.



4. PROCESSOS JUDICIAIS

4.1. Acervo e Impacto Social

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com os dados de acervo e impacto social.



Dentre o total de processos judiciais em andamento, 21 estão pendentes de julgamento no 2º Grau.



O acervo está acima da média geral de 22,00 processos.



Redução de dois processos REEF em relação ao período correicional anterior.



Significativa redução do número de incidentes processuais em comparação com o período correicional anterior.



4.2. Impulsionamento dos Processos Judiciais

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores

Processos Judiciais sem Tramitação	Até 30 Dias	Acima de 30 Dias	Total
Percentual	100%	-	100%

#ParaTodosVerem: tabela sobre o impulsionamento dos processos judiciais, com as porcentagens de tramitação processual até e acima de 30 dias.



Não há processos sem tramitação acima de 30 dias, o que demonstra adequada gestão dos processos sob sua responsabilidade.

4.3. Reunião de Execuções

4.3.1. Regime Especial de Execução Forçada - REEF

Fonte: Relatório de Indicadores, com dados consolidados até junho/2025

19 REEF autuados	1.816 Quantidade de Credores Habilitados	1.248 Quantidade de Processos Habilitados	1 REEF Encerrado
R\$ 76.825.579,06 Valor consolidado das execuções			
R\$ 11.093.869,59 Pagamentos Realizados			

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos aos processos de REEF.



4.3.2. Plano Especial de Pagamento Trabalhista - PEPT

Fonte: Relatório de Indicadores, com dados consolidados até junho/2025

Não há processos classificados como PEPT.

4.3.3. Regime Centralizado de Execuções - RCE

Fonte: Relatório de Indicadores, com dados consolidados até junho/2025

Não há processos classificados como RCE.

4.3.4. Procedimentos de Reunião de Execuções (Art. 16)

Fonte: Relatório de Indicadores, com dados consolidados até junho/2025

1	240	240	0
Processos Reunidos autuados	Quantidade de Credores Habilitados	Quantidade de Processos Habilitados	Execuções Reunidas encerradas
R\$ 38.435.942,39			
Valor consolidado das execuções			
R\$ 705.021,28			
Pagamentos Realizados			

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos aos procedimentos de reunião de execuções.



A manutenção no acervo do processo de reunião de execuções instaurado na forma do art. 16 do Provimento GP-CR nº 04/2018 (revogado) ocorre a fim de se evitar tumulto processual, devido à sua complexidade.



4.4. Pagamentos Realizados - Total

Fonte: sistema PROAD 14762/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com o total, em reais, de pagamentos realizados.

5. CENTRAL DE MANDADOS

5.1. Parametrização Local

Fonte: sistema PJeCor 0000161-07.2024.2.00.0515

**Ordem de Serviço nº 2/2024,
de 26/9/2024**

Orienta os trabalhos dos Oficiais de Justiça da Central
de Mandados de São José dos Campos

#ParaTodosVerem: tabela com os dados relativos à parametrização local que orienta os trabalhos dos Oficiais de Justiça.



O prazo para cumprimento do mandado de pesquisas básicas é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado em caso de acúmulo justificável de trabalho, exceto medidas urgentes que serão definidas pelo Juízo da Execução, nos termos das parametrizações locais das Varas do Trabalho da Secretaria Conjunta de São José dos Campos, em conformidade com a Ordem de Serviço CR nº 7/2024.



A Ordem de Serviço vigente atende às normas legais e institucionais, bem como sua respectiva finalidade, ao regular os posicionamentos e peculiaridades regionais da Central de Mandados de São José dos Campos.

5.2. Atuação dos Oficiais de Justiça

Fonte: painel do PJe da Central de Mandados Unificada de São José dos Campos (consulta em 22/10/2025) e sistema SAOPJe

5.2.1. Mandados pendentes de distribuição

Mandados pendentes de distribuição / redistribuição		
Quantidade	Mais antigo	Processo
0	-	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas dos mandados pendentes de distribuição.



A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.





Não foram observados mandados pendentes de distribuição.

VALE LEMBRAR:

- Caso não seja realizada automaticamente, a distribuição do mandado deve ocorrer de forma manual e contemporânea ao seu recebimento pela Central de Mandados.

5.2.2. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: painel do sistema PJe (consulta em 22/10/2025)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Anne Caroline de Medeiros Takahashi	18	1
Danilo Manoel de Paiva	6	-
Debora de Melo Kinker	29	-
Edneia Maria Bortolaia Breviglieri	10	-
Eduardo Alexandre Carvalho de Andrade	3	-
Gustavo Silva Freitas Oliveira	21	-
João do Carmo Lima Junior	23	-
Ricardo Santos Pugliese	11	-
Rodrigo Resende Zamoro	35	2
Rosana de Campos Fernandes Goes	13	-
Sergio Matos Chaves de Oliveira Braga	9	-
Sonia Regina Rodrigues dos Santos	32	11
TOTAL	210	14

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.





O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 30 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, destacando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



Foram observadas diligências pendentes de cumprimento, com prazo acima do limite previsto na parametrização local, e sem registro de dilação de prazo pelo Juízo da execução, embora notado que praticamente a totalidade dos oficiais de justiça atende ao normativo quando necessário.

5.2.3. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: sistema SAOPJe - relatório Diligências Realizadas por Período - 11/2024 a 9/2025

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Anne Caroline de Medeiros Takahashi	344
Danilo Manoel de Paiva	148
Debora de Melo Kinker	294
Edneia Maria Bortolaia Breviglieri	416
Eduardo Alexandre Carvalho de Andrade	373
Gustavo Silva Freitas Oliveira	363
João do Carmo Lima Junior	419
Ricardo Santos Pugliese	343
Rodrigo Resende Zamoro	364
Rosana de Campos Fernandes Goes	349
Sérgio Matos Chaves de Oliveira Braga	422
Sônia Regina Rodrigues dos Santos	253



Divisão de Execução e Central de Mandados de São José dos Campos

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de diligências realizadas, nominalmente, pelos Oficiais de Justiça.



A Unidade informou que o oficial de justiça Danilo Manoel de Paiva possui área diferenciada dos demais porque, sem prejuízo das diligências que realiza, presta auxílio em atividades internas da Divisão de Execução.

Sobre o menor número de mandados cumpridos pela servidora Sônia Regina Rodrigues dos Santos em comparação com seus pares, foi informado que, com exceção de férias, que a referida oficial de justiça passou a gozar de forma mais assídua, não houve fator particular que tenha prejudicado o seu desempenho. Houve apenas o rodízio de áreas, que ocorre a cada 4 meses, o que pode ocasionar o fator apontado, pois a quantidade de mandados por área é sazonal.



Conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Provimento e Vacância, os oficiais de justiça Eduardo Alexandre Carvalho de Andrade e Sérgio Matos Chaves de Oliveira Braga estão lotados na Unidade *Área de Apoio de São José dos Campos - Caraguatatuba*.



Acompanhar com regularidade a produtividade da equipe de oficiais de justiça e, sempre que necessário, promover ajustes no zoneamento da circunscrição de atuação da Divisão, a fim de evitar a sobrecarga de atividades de alguns em detrimento de outros.

5.3. Utilização do Sistema EXE-PJe e Efetividade da Execução

Fonte: sistemas PJe e Exe-PJe - verificação por amostragem

Diligências Realizadas			
Processo	Inclusão da diligência no Exe-PJe	Ferramentas eletrônicas utilizadas na pesquisa patrimonial	Registro da quantidade e natureza da diligência
010148-80.2014.5.15.0020	✓	ARISP, RENAJUD, INFOJUD (DOI, DECRED e DIMOB)	✓
0001395-31.2010.5.15.0132	✓	RENAJUD	✓

#ParaTodosVerem: tabela com os dados relativos à utilização do sistema EXE-PJe e efetividade da execução.





Utilização das ferramentas básicas de pesquisa patrimonial em busca da efetividade das execuções trabalhistas nos processos indicados acima.



Anexação das diligências cumpridas e documentos no sistema Exe-PJe.

5.4. Hastas Públicas

Fonte: sistema SAOPJe - Relatório Consolidado de Leilões Judiciais (pesquisa realizada em 22/10/2025)

Número Hasta	Bens Incluídos (total)	Bens Excluídos	Bens Remidos	Bens Arrematados	Valor Arrecadado (R\$)
4/2024	46	3	0	7	809.146,80
1/2025	17	3	0	7	1.565.024,00
2/2025	35	6	0	11	2.440.156,02
3/2025	24	10	0	11	1.450.755,31

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos às hastas públicas e respectivos bens no atual período correicional.



6. MARATONAS DE PESQUISA PATRIMONIAL E SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

6.1. Maratonas de Pesquisa Patrimonial

Fonte: Unidade correicionada

Maratona de Pesquisa Patrimonial

Promover investigações para solucionar casos de grandes devedores no âmbito de cada uma das Unidades Judiciárias.

13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial (9 a 13/6/2025)



A 13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial incorporou as mudanças organizacionais e normativas do Regional, a fim de integrar a nova estrutura organizacional das Secretarias Conjuntas. Foram realizadas oficinas práticas de pesquisas patrimoniais, visando a solução de débitos trabalhistas de devedores significativos no âmbito da 15ª Região, e exposição dos casos investigados, a partir de trabalho integrado das Secretarias Conjuntas, Divisões de Execução e Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial.



Na 13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial, a Divisão de Execução de São José dos Campos, com apoio da Assessoria de Execução II, trabalhou em investigação cujo encerramento deu-se recentemente. O caso aguardava a análise financeira por meio dos extratos solicitados no SIMBA, o que foi feito, reforçando a tese de sucessão de empresas por meio das consultas no CAGED, JUCESP, Google, Street View (Google Maps), Instagram, Facebook, fontes abertas, LinkedIn, e de confusão patrimonial das empresas e sócios de fato. Também foram utilizadas as ferramentas: DIMOB, consulta CNPJ (RFB), SIGNO (análises de procurações), PJe, INFOJUD (DIRPF) e CRC-JUD.



Participação da Unidade na 13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial.



14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial (8 a 12/9/2025)



O objetivo principal da 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial foi a seleção de um devedor contumaz para uma investigação ampla e exclusiva, em colaboração com as Secretarias Conjuntas, podendo haver continuidade sobre pesquisa já iniciada pela Unidade, ou dar-se início a uma nova pesquisa. Para tanto, foram estudados 115 devedores trabalhistas e 9 casos, com destaque para as seguintes Divisões de Execução:

- Sorocaba, atuando em dois casos;
- Campinas, que realizou investigação patrimonial em face de uma executada principal com 103 execuções individuais e dívida de R\$ 8.962.181,75;
- São José dos Campos, que investigou uma executada que reúne 40 processos e uma dívida de R\$ 11.801.440,11.

Assim, promoveu-se a disseminação de boas práticas de pesquisa, o avanço das investigações patrimoniais em andamento e o fortalecimento das colaborações entre as Divisões de Execução e as Secretarias Conjuntas.



A Divisão de Execução de São José dos Campos atuou na 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial, em conjunto com a Assessoria de Execução, realizando pesquisa avançada em face de sócios contidos no contrato social da principal devedora, pois apesar desta estar ativa na Receita Federal, pelo histórico dos processos de execução a empresa não é mais encontrada. Foram analisadas as respostas do CCS e SIMBA, além de contratos firmados com empresa estatal, pelos quais os principais sócios e empresas talvez passíveis de responsabilização foram revelados. A análise de pessoas e bens disponíveis continua em andamento. Registra-se que na Maratona em questão foram utilizadas as seguintes ferramentas de pesquisa: CNIB, INFOJUD (DIRPF, DIMOB), INFOSEG, consulta CPF e CNPJ da Receita Federal, fontes abertas do Google, Google Maps, JUCESP, PDPJ/TJs, RENAJUD, CRC-JUD, SERP, CENSEC, SIGNO, SIMBA, CCS, SNIPER, LinkedIn, ONR e SISBAJUD.



Participação da Unidade na 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial.



6.2. Semana Nacional da Execução Trabalhista

Fonte: Unidade correicionada

Semana Nacional da Execução Trabalhista

Implementar medidas concretas e coordenadas com vistas a conferir maior efetividade à execução trabalhista.

15ª Semana Nacional da Execução Trabalhista (15 a 19/9/2025)



A Divisão de Execução de São José dos Campos informou que o período da 15ª Semana Nacional da Execução Trabalhista foi utilizado com dedicação integral para o aprofundamento das pesquisas relativas ao caso iniciado na 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial, o que contribuiu para o avanço da investigação.



6.3. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)



Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo *link*:



Apresentação (25/7/2024)

- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



7. DELIBERAÇÕES FINAIS



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.



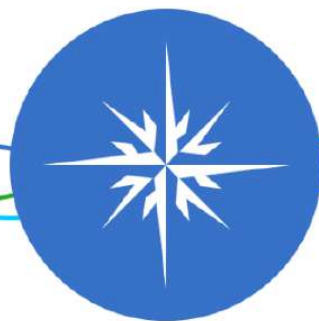


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



Ocorrências

	Participou, presencialmente, o Juiz Coordenador da Divisão de Execução Reginaldo Lourenço Pierrotti Júnior.
---	---

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos



Advogado Diego da Rocha Costa
OAB/SP nº 357.939
Presidente da Comissão de Direito do Trabalho OAB São José dos Campos - 36ª Subseção

Advogado Andre Faria Duarte
OAB/SP nº 149.678
Membro da Comissão de Direito do Trabalho OAB São José dos Campos - 36ª Subseção

Advogada Ariane Joice dos Santos
OAB/SP nº 236.730
Membro da Comissão de Direito do Trabalho OAB São José dos Campos - 36ª Subseção

Advogado Fabiano Josué Vendrasco
OAB/SP nº 198.741
Membro da Comissão de Direito do Trabalho OAB São José dos Campos - 36ª Subseção



Providências multidisciplinares

Encaminhe-se cópia da presente Ata de Correição, valendo como ofício, em ato contínuo à publicação à Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial - CPP, para conhecimento.

Encerramento

Em 1.º de dezembro de 2025, às 15h00min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sérgio Bertoldo Júnior, Coordenador de Apoio às Correições da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES, Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.

